**CORPOS DÓCEIS E DISCIPLINADOS NAS INSTITUIÇÕES CÍVICO-MILITARES: CONTEXTO HISTÓRICO**

Daniele Borges Meireles de Oliveira

Mestranda em Educação/Unimontes

danielebmeireles@yahoo.com.br

.

Prof. Dr. Leandro Luciano Silva Ravnjak

Docente Permanente do Mestrado em Educação/Unimontes

leandrolucianodasilva@gmail.com

**Eixo:** Políticas Públicas e Gestão da Educação

**Palavras-chave**: Experiência pedagógica. Comportamento padronizado. Dispositivos disciplinares.

**Resumo Simples**

As escolas cívico-militares no Brasil têm raízes que remontam ao século XIX, com a criação do Imperial Colégio Militar da Corte em 1889, localizado no Rio de Janeiro, hoje conhecido como Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ). A expansão dessas instituições se deu em diversos estados e esteve ligada à lógica de disciplina, controle e formação hierarquizada, características centrais no modelo militar. Em 2019, o governo federal instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) por meio do Decreto nº 10.004/2019. O programa visava implementar um modelo de gestão compartilhada entre civis e militares em escolas públicas, com foco em valores como disciplina e hierarquia. A relevância social desta pesquisa reside na urgência de se refletir sobre os impactos da militarização da educação sobre os direitos fundamentais dos estudantes, a autonomia docente e os princípios democráticos do ensino público. O objetivo dessa pesquisa é analisar o percurso histórico das Escolas Cívico-Militares e sua atuação como dispositivos disciplinares no contexto educacional contemporâneo. Como metodologia, será utilizada a pesquisa bibliográfica qualitativa exploratória e documental. Como resultados parciais de uma pesquisa em andamento vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), observou-se que até dezembro de 2022, o PECIM havia sido implementado em 202 escolas em todo o país, com maior concentração nas regiões Sul (54 escolas) e Sudeste (46 escolas), o programa foi encerrado em julho de 2023 pelo Decreto nº 11.611/2023. Minas Gerais está em processo de transição das nove escolas cívico-militares do PECIM para um programa estadual próprio, em parceria com o Corpo de Bombeiros. Ainda como resultados iniciais, identifica-se que a militarização da escola pública não apenas reforça valores autoritários e padronizantes, mas também limita experiências pedagógicas voltadas à formação crítica e cidadã, tornando os alunos sujeitos acríticos. Conclui-se que há um avanço no desenvolvimento das escolas cívico-militares em diversos estados, como por exemplo o Paraná que lidera com 312 escolas, enquanto outros estados como São Paulo e Minas Gerais estão em processo de expansão ou consolidação de seus programas, mantendo suas próprias redes de escolas cívico-militares com números variando conforme as políticas locais, que está relacionado diretamente com o processo de alienação e autoritarismo, o que faz surgir a necessidade da criação de um método de estudo libertário, como solução para a crise da educação pública.

**Referências**

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

DUSSEL, Inés. Políticas do saber, pedagogias do controle: disciplina e avaliação nas escolas. Revista Brasileira de Educação, n. 27, p. 39–52, jan./abr. 2004.

FERNANDES, Bruno; FREITAS, Hellen; PAULA, Paulo. Militarização da educação e a lógica do controle social: a escola como campo de disputa. Educação & Sociedade, v. 41, 2020.